

XLVII AUDIÊNCIA PÚBLICA

FÓRUM MUNICIPAL DE
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

- CONSIDERANDO que a classificação da situação mundial do Novo Coronavírus como pandemia significa o risco potencial de a doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificadas como de transmissão interna;
- CONSIDERANDO as medidas de emergência em saúde pública de importância nacional e internacional, ou seja, as situações dispostas no Regulamento Sanitário Internacional, promulgado pelo Decreto Federal nº 10.212, de 30 de janeiro de 2020;
- CONSIDERANDO a declaração pública de pandemia em relação ao novo Coronavírus pela Organização Mundial da Saúde – OMS, de 11 de março de 2020, assim como a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional da OMS, de 30 de janeiro de 2020;
- CONSIDERANDO que o grupo de risco para infecção pelo novo Coronavírus – Covid-19 compreende idosos, gestantes e pessoas com doenças crônicas, imunossupressoras, respiratórias e outras com morbidades preexistentes que possam conduzir a um agravamento do estado geral de saúde a partir do contágio, com especial atenção para diabetes, tuberculose, doenças renais, HIV e coinfeções;
- CONSIDERANDO que cabe ao Poder Público reduzir as possibilidades de contágio da COVID-19;
- CONSIDERANDO vários casos confirmados no Estado do Rio de Janeiro;
- CONSIDERANDO a existência de casos confirmados no Município;

- Este Município por meio desta publicação sintetiza e expõe de forma mais suscinta os resultados da execução orçamentária e as metas fiscais através da extração das informações do Relatório Resumido de Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal do 4º bimestre e 2º quadrimestre, respectivamente.

- Com o objetivo de demonstrar o desempenho do Município de Rio das Ostras até o 2º Quadrimestre de 2020, em relação aos limites estabelecidos pela Constituição Federal e Lei Complementar nº 101/2000 e com a finalidade de dar transparência ao cumprimento das normas voltadas para a responsabilidade do Administrador Público na gestão fiscal, tendo como sustentáculo a parceria do Poder Legislativo, vimos apresentar os diversos aspectos que contemplam a Execução Orçamentária e demonstrar os resultados fiscais alcançados no período.

- A XLVII Audiência Pública, disponibilizada em 29 de setembro de 2020, trata da Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2020.

- Como fontes de informação foram utilizados o Relatório Resumido da Execução Orçamentária, relativo ao 4º bimestre de 2020 e o Relatório de Gestão Fiscal do 2º Quadrimestre de 2020, publicado no Órgão Oficial do Município de Rio das Ostras – Ano XVII, Edição nº 1229 – de 25 de setembro de 2020, e os dados complementares disponibilizados pela Secretaria Municipal de Fazenda.

RREO – RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Anexo I - Balanço Orçamentário

Anexo II - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função / Subfunção

Anexo III – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Anexo IV – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos

Anexo VII – Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão

Anexo VIII - Demonstrativo da Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Anexo XII – Demonstrativo de Receitas de Impostos e Despesas Próprias com Saúde

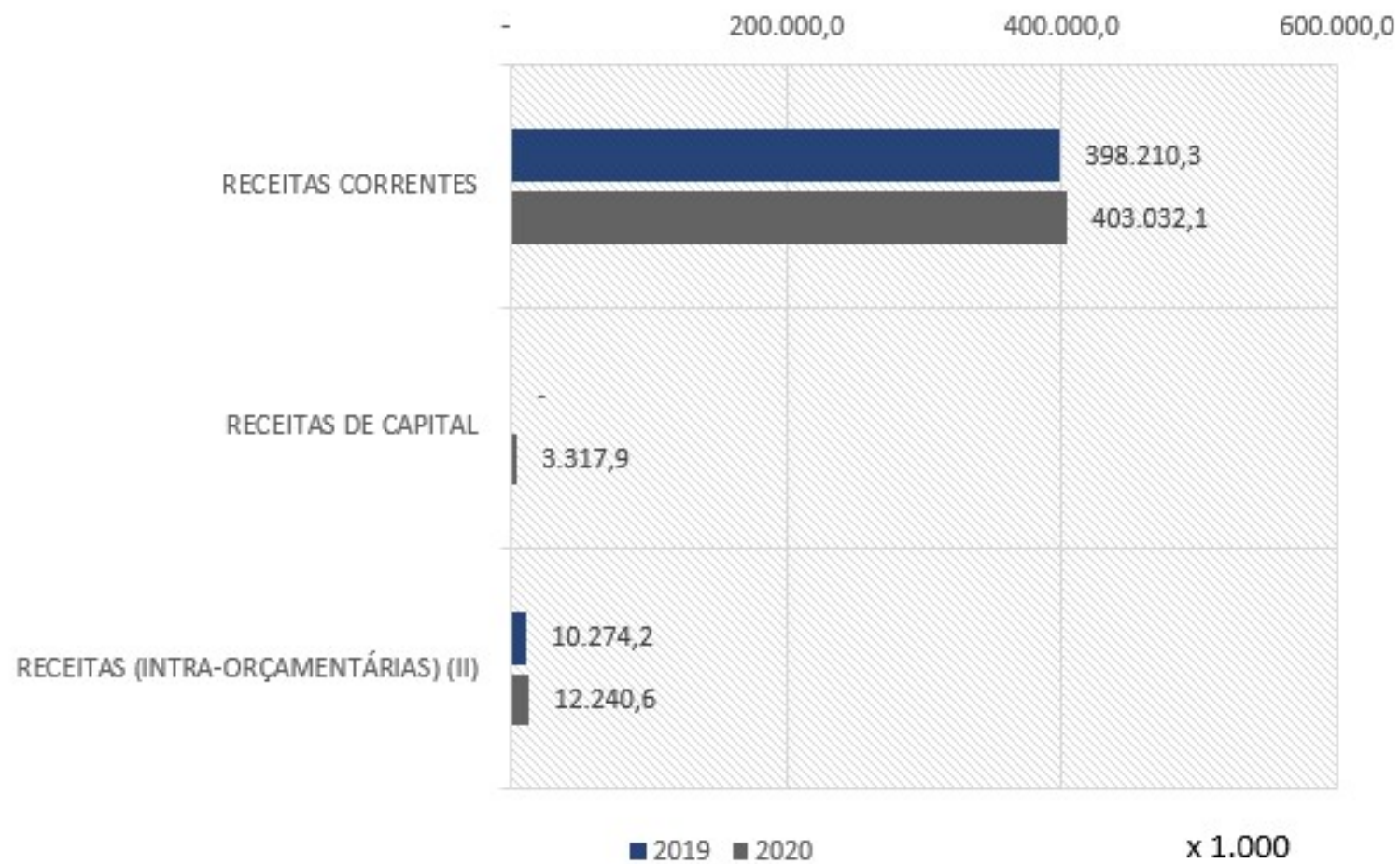
Anexo XIII – Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ARRECADAÇÃO		%
RECEITAS CORRENTES	403.032.102,00	96,3%
<i>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA</i>	<i>105.842.828,30</i>	<i>25,3%</i>
Impostos	97.235.802,30	23,2%
Taxas	8.607.026,00	2,1%
<i>CONTRIBUIÇÕES</i>	<i>24.192.442,60</i>	<i>5,8%</i>
Contribuições Sociais	9.480.518,90	2,3%
Contrib. para o Custeio do Serv. de Iluminação Pública	14.711.923,70	3,5%
RECEITA PATRIMONIAL	12.329.929,70	2,9%
<i>RECEITA DE SERVIÇOS</i>	<i>1.492.286,20</i>	<i>0,4%</i>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.355.575,20	0,3%
Outros Serviços	136.711,00	0,0%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	252.597.146,80	60,4%
Transferências da União e de suas Entidades	148.345.466,80	35,4%
Transf. dos Estados, Distrito Federal e suas Entidades	51.505.776,40	12,3%
Transf. de Outras Instituições Públicas	52.681.753,50	12,6%
<i>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</i>	<i>6.577.468,40</i>	<i>1,6%</i>
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	4.109.683,40	1,0%
Demais Receitas Correntes	2.467.785,00	0,6%
RECEITAS DE CAPITAL	3.317.894,30	0,8%
<i>ALIENAÇÃO DE BENS</i>	<i>717,20</i>	<i>0,0%</i>
<i>TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL</i>	<i>3.317.177,10</i>	<i>0,8%</i>
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	12.240.586,20	2,9%
TOTAL ARRECADADO	418.526.432,40	100,0%

Podemos observar uma leve recuperação em 2,47% a mais da arrecadação do mesmo período do ano anterior como pode ser verificado no gráfico a seguir.

Comparativo 2019 x 2020



ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

	EXECUÇÃO		%
	Empenhado	Liquidado	
DESPESAS CORRENTES	397.335.999,60	345.030.752,80	93,3%
<i>PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS</i>	<i>228.556.603,00</i>	<i>224.516.602,00</i>	<i>60,7%</i>
<i>JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA</i>	-	-	0,0%
<i>OUTRAS DESPESAS CORRENTES</i>	<i>168.779.396,60</i>	<i>120.514.150,80</i>	<i>32,6%</i>
DESPESAS DE CAPITAL	22.343.013,50	12.196.482,60	3,3%
<i>INVESTIMENTOS</i>	<i>21.609.919,50</i>	<i>11.833.110,30</i>	<i>3,2%</i>
<i>INVERSÕES FINANCEIRAS</i>	-	-	0,0%
<i>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA</i>	<i>733.094,00</i>	<i>363.372,30</i>	<i>0,1%</i>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	0,0%
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	12.819.931,40	12.524.802,30	3,4%
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII+IX)	432.498.944,50	369.752.037,70	100,0%

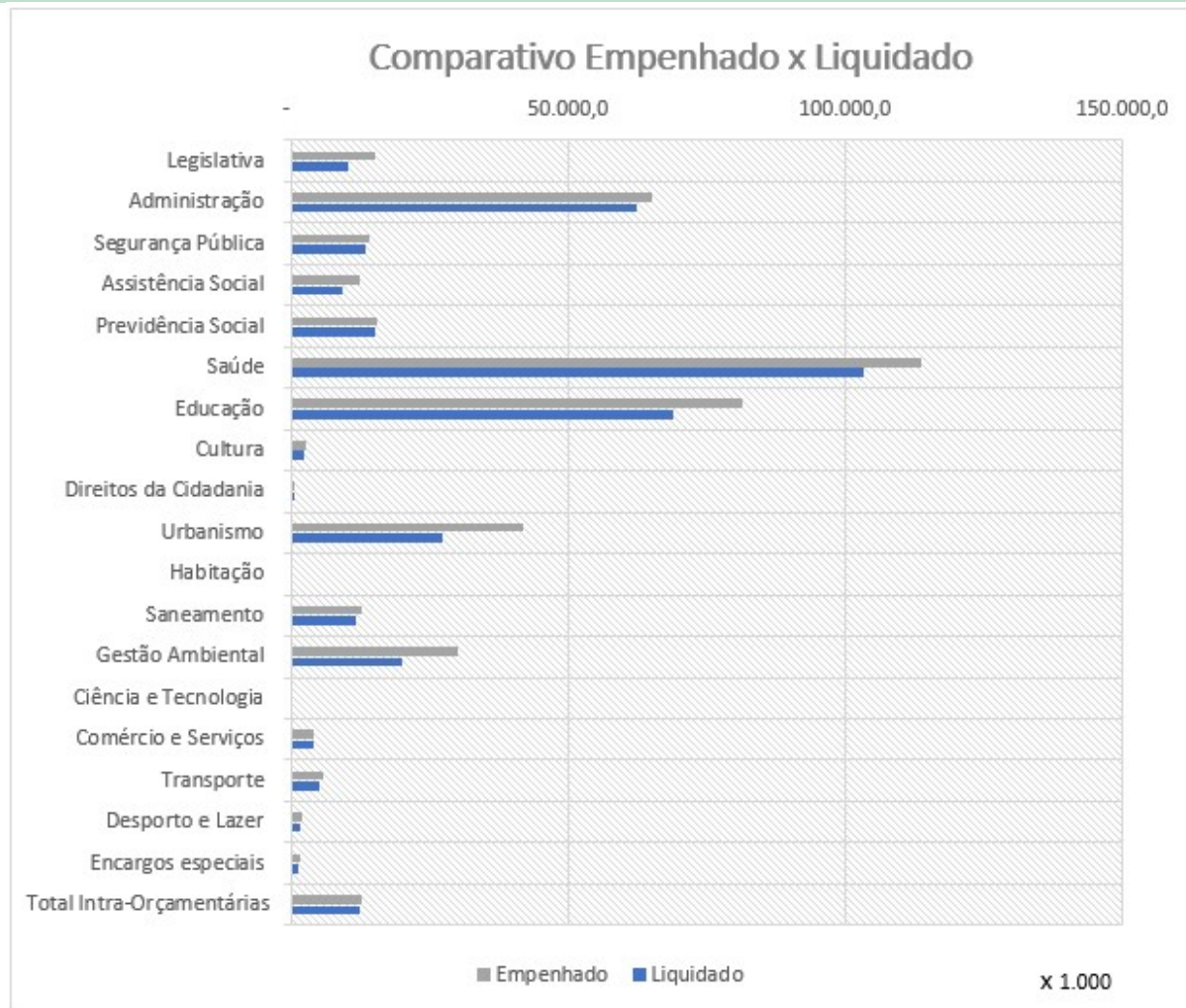
- O valor empenhado em 2020, superior a 2019 em R\$ 7.760.670,70 e liquidado inferior em R\$ 8.997.795,10.

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO

EXECUÇÃO			%	EXECUÇÃO			%
	Empenhado	Liquidado			Empenhado	Liquidado	
Legislativa	15.203.152,40	10.490.588,30	2,9%	Comércio e Serviços	4.260.727,30	4.166.344,00	1,2%
Administração	65.217.601,50	62.389.956,00	17,4%	Transporte	5.936.230,10	5.007.078,10	1,4%
Segurança Pública	14.164.624,80	13.404.396,10	3,7%	Desporto e Lazer	1.914.304,50	1.705.378,10	0,5%
Assistência Social	12.284.655,00	9.202.720,40	2,6%	Encargos especiais	1.689.506,60	1.319.784,90	0,4%
Previdência Social	15.697.273,90	15.055.701,50	4,2%	Total Orçamentárias	405.878.244,90	345.028.650,40	96,5%
Saúde	113.800.288,30	103.262.944,10	28,9%	Legislativa	500.000,00	298.521,80	0,1%
Educação	81.517.591,70	69.041.490,80	19,3%	Administração	5.132.070,60	5.050.023,50	1,4%
Cultura	2.635.555,40	2.529.472,20	0,7%	Assistência Social	231.703,90	231.703,90	0,1%
Direitos da Cidadania	557.094,10	519.867,30	0,1%	Previdência Social	57.154,10	57.154,10	0,0%
Urbanismo	41.951.243,10	27.289.129,80	7,6%	Saúde	3.515.265,10	3.515.265,10	1,0%
Habitação	-	-	0,0%	Educação	3.233.217,50	3.233.217,50	0,9%
Saneamento	12.693.990,40	11.633.519,60	3,3%	Cultura	92.937,30	81.333,30	0,0%
Gestão Ambiental	30.127.174,30	20.180.864,30	5,6%	Saneamento	57.583,00	57.583,00	0,0%
Ciência e Tecnologia	28.000,00	28.000,00	0,0%	Total Intra-Orçamentárias ★	12.819.931,50	12.524.802,20	3,5%
				TOTAL	418.698.176,40	357.553.452,60	100,0%

★ Corresponde as despesas com Obrigações Patronais, para o pagamento ao Regime Próprio de Previdência do Município de Rio das Ostras.

ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO



ANEXO III – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

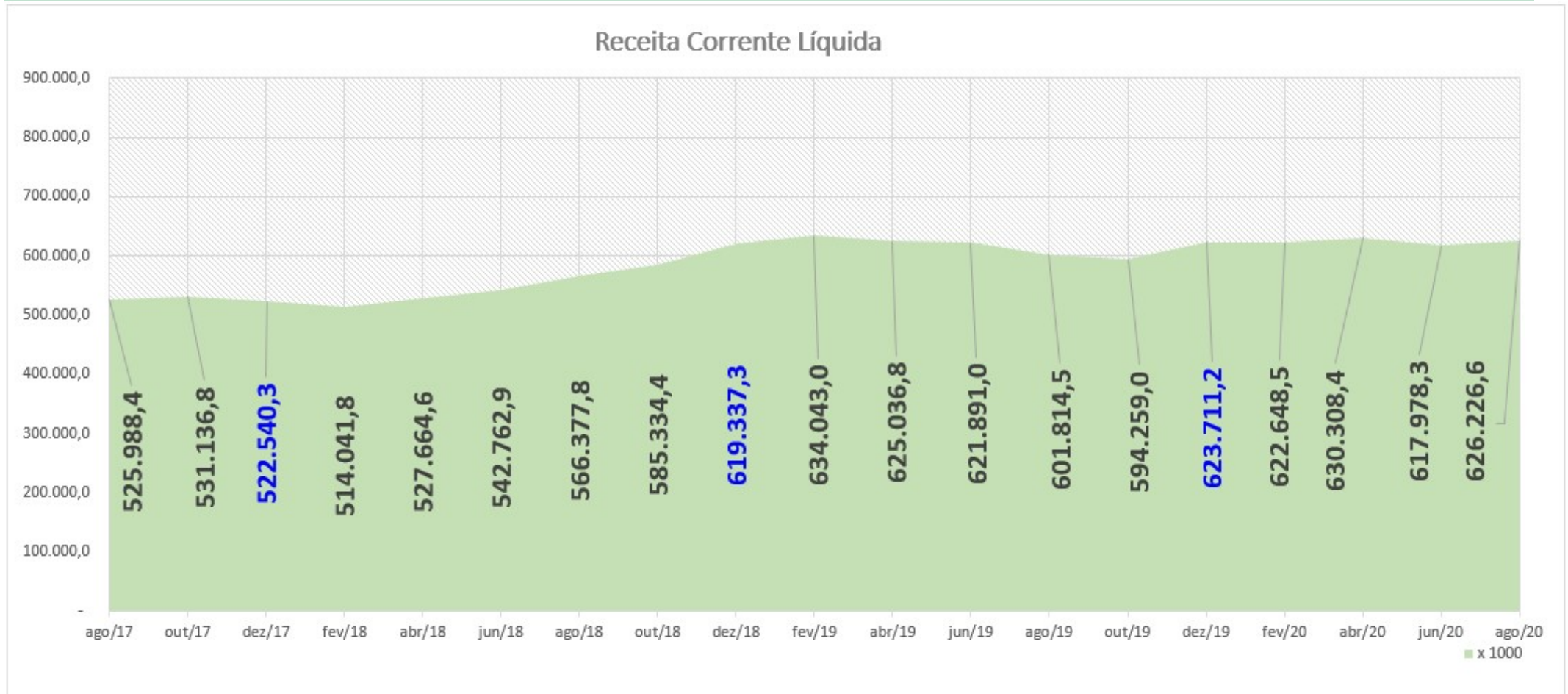
■ **RCL**

A Receita Corrente Líquida é o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as transferências constitucionais e legais a Estados e Municípios e algumas contribuições, conforme definição da Lei de Responsabilidade Fiscal.

■ **Deduções**

Registra as deduções permitidas para a apuração da Receita Corrente Líquida, que são as Transferências Constitucionais e Legais, a Contribuição do Empregador e Trabalhador para a Seguridade Social, a Contribuição dos Servidores para o RPPS, a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência, a Contribuição para o Custeio das Pensões Militares, as Deduções para o FUNDEB e as Contribuições para o PIS/PASEP.

ANEXO III – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA



- Ligeiro crescimento de 1,33% em relação ao apurado no bimestre passado

ANEXO IV – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO RPPS

Os dados do Anexo 4 demonstram receitas, despesas e resultados do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos.

As receitas e as despesas são administradas pelo Rio das Ostras Previdência – OSTRAPREV.

EXECUÇÃO	
	2020
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	33.930.487,4
<i>Receitas de Contribuições dos Segurados</i>	9.417.363,30
<i>Receitas de Contribuições Patronais</i>	12.176.441,5
<i>Receita Patrimonial</i>	11.039.933,8
<i>Outras Receitas Correntes</i>	1.424.819,0
<i>(-) Aportes Per. p/ Amort. do Déf. At. do RPPS</i>	128.070,2
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	12.646.659,8
Benefícios - Civil	12.646.659,8
<i>Aposentadorias</i>	10.373.408,3
<i>Pensões</i>	2.273.251,5
<i>Outros Benefícios Previdenciários</i>	-
Benefícios - Militar	-
<i>Outras Despesas Previdenciárias</i>	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS	21.283.827,6
TOTAL DE BENS E DIREITOS DO RPPS	548.232.868,2
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - 2018 a 2093 *	-2.582.259.332,4

* Informação Constante do Anexo 10 em 31/12/2019

ANEXO VII – DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Quando uma despesa empenhada não é paga até o final de um exercício, é inscrita em restos a pagar. Ela é então classificada como processada (liquidada), quando tiver sido efetivamente executada, faltando apenas o pagamento; ou não processada (não liquidada), quando tiver sido contratada, mas sem ter sido executada efetivamente.

	RP Processados	RP não Processados
PREFEITURA RIO DAS OSTRAS	3.432.833,10	8.324.510,40
INSTITUTO PREVIDÊNCIA RIO DAS OSTRAS	-	18.122,10
FUNDAÇÃO RIO DAS OSTRAS DE CULTURA	9.850,60	314.878,80
FUNDO MUN SAÚDE RIO DAS OSTRAS	772.977,50	3.526.963,10
FUNDO MUN ASSIST SOCIAL RIO DAS OSTRAS	167.941,10	227.230,90
FUNDO M. HAB. INT. SOCIAL RIO DAS OSTRAS	-	59.213,20
FUNDO MUN MEIO AMBIENTE RIO DAS OSTRAS	-	5.000,00
FUNDO M. INFÂNCIA E ADOL. RIO DAS OSTRAS	-	-
SERVIÇO AUT ÁGUA E ESGOTO RIO DAS OSTRAS	-	190.822,90
FUNDO MUN PROT DEF CONSUM RIO DAS OSTRAS	-	25.530,00
FUNDO MUN CULTURA DE RIO DAS OSTRAS	-	320,70
TOTAL	4.383.602,30	12.692.592,10

Os Valores aqui apresentados são os saldos a pagar e pendentes de processamento.

ANEXO VIII – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MDE

A Constituição Federal estabelece que o Município deve aplicar em despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino o valor equivalente ao limite mínimo estabelecido no artigo 212 da Constituição Federal (25%). Tal verificação se faz necessária em relação às despesas liquidadas, acrescentando-se, ao final do exercício, o montante inscrito em restos a pagar não-processados.

RECEITA	R\$	DESPESA	R\$
1 - Impostos	97.235,8	Função 12 - EDUCAÇÃO	64.180,9
IPTU (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)	25.253,0	12.361 Ensino Fundamental	48.235,2
ITBI (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)	7.468,5	12.362 Ensino Médio	134,6
ISS (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)	48.378,1	12.365 Educação Infantil	15.811,0
IRRF (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)	16.136,2	TOTAL DESPESA COM EDUCAÇÃO PARA LIMITE	64.046,3
2 - Transferências Constitucionais Legais	97.092,8	<i>Despesas custeadas com recursos do exercício de 2018</i>	1.612,0
Cota-Parte FPM - (100%)	41.418,3	<i>Cancelamento de Restos a Pagar recursos Impostos vinculado ao Ensino</i>	32,8
Cota-Parte ICMS - (100%)	42.421,2	(-) GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	33.794,2
Transferência Financeira ICMS Desoneração - (100%)	-	TOTAL APURADO PARA FIM DE LIMITE CONSTITUCIONAL	28.607,3
Cota-Parte IPI - (100%)	1.082,3	MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RES. DE IMPOSTOS NA MDE	14,72%
Cota-Parte ITR	13,2		
Cota-Parte IPVA	12.157,8		
Transferência do FUNDEB	52.681,8		
Rendimento Aplicação Financeira FUNDEB	41,1		
BASE DE CÁLCULO EDUCAÇÃO	194.328,6		
(-) Dedução para Formação do FUNDEB	18.887,5		

X 1.000

A aplicação das despesas no presente bimestre correspondem a 14,72% da receitas correspondentes a base de cálculo para aplicação do mínimo em constitucional em educação. Ressaltamos que o percentual segundo a legislação vigente deve ser alcançado na apuração anual.

ANEXO XII – DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

RECEITA	R\$	DESPESA	R\$
1 - Impostos	97.235,8	ATENÇÃO BÁSICA (IV)	11.645,5
IPTU (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)	25.253,0	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	46.769,2
ITBI (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)	7.468,5	SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	-
ISS (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)	48.378,1	VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	-
IRRF (Imposto + Multas, Juros de Mora + Dívida Ativa)	16.136,2	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	4.533,8
2 - Transferências Constitucionais Legais	94.437,6	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	-
Cota-Parte FPM - (100%) CF. 159 "I" "b"	38.763,0	OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	15.968,1
Cota-Parte ICMS - (100%)	42.421,2	TOTAL APURADO PARA FIM DE LIMITE CONSTITUCIONAL	78.916,6
Transferência Financeira ICMS Desoneração - (100%)	-	MÍNIMO DE 15% DAS RECEITAS RES. DE IMPOSTOS NA ASP	41,17%
Cota-Parte IPI - (100%)	1.082,3		
Cota-Parte ITR	13,2		
Cota-Parte IPVA	12.157,8		
BASE DE CÁLCULO SAÚDE	191.673,4		

X 1.000

A aplicação das despesas no presente bimestre correspondem a 41,17% da receitas correspondentes a base de cálculo para aplicação do mínimo em constitucional em saúde. Ressaltamos que o percentual segundo a legislação vigente deve ser alcançado na apuração anual.

ANEXO XIII – DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

	R\$ x1.000
TOTAL DE ATIVOS	-
TOTAL DE PASSIVOS (I)	129.868,8
Obrigações Não Relacionadas a Serviços	129.868,8
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I-II)	129.868,8

Despesas com PPP	2020	2021	2022	2023	2024
001/2007.	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS	27.144.286,60	28.335.920,20	29.579.867,10	30.873.423,20	32.233.986,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (RCL)	626.226.586,00	629.728.992,10	633.250.986,80	636.792.679,50	640.354.180,50
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	4,30	4,50	4,70	4,80	5,00

RRGF – RELATÓRIO GESTÃO FISCAL

Anexo I - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Anexo II - Demonstrativo da Dívida Consolidada

Anexo III – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

Anexo IV - Demonstrativo das Operações de Crédito

ANEXO I – DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

EXECUÇÃO	
	Empenhado
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	351.093.265,56
<i>Pessoal Ativo</i>	<i>332.532.502,54</i>
<i>Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis</i>	<i>304.092.043,41</i>
<i>Obrigações Patronais</i>	<i>26.501.086,32</i>
<i>Benefícios Previdenciários</i>	<i>1.939.372,81</i>
<i>Pessoal Inativo e Pensionista</i>	<i>18.560.763,02</i>
<i>Aposentadorias, Reservas e Reformas</i>	<i>15.151.191,22</i>
<i>Pensões</i>	<i>3.409.571,80</i>
<i>Outros Benefícios Previdenciários</i>	-
<i>Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terc. (art.18 §1º LRF)</i>	-
Despesas não Computadas (art. 19 § 1º da LRF) (II)	25.106.501,02
<i>Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária</i>	<i>4.117.097,76</i>
<i>Decorrentes de Decisão Judicial</i>	-
<i>Despesas de Exercícios Anteriores</i>	<i>509.894,52</i>
<i>Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados</i>	<i>20.479.508,74</i>
Total da Despesa com Pessoal Para fins de Limite	325.986.764,54

<i>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</i>	<i>626.226.585,98</i>	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP	325.986.764,54	52,06%
<i>LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)</i>	<i>338.162.356,43</i>	<i>54,00%</i>
<i>LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)</i>	<i>321.254.238,61</i>	<i>51,30%</i>
<i>LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)</i>	<i>304.346.120,79</i>	<i>48,60%</i>

A Despesa Total com Pessoal do Poder Executivo alcançou o percentual de 52,06% da Receita corrente Líquida apurada nos últimos 12 meses, nos termos Lei Complementar Federal 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

Neste contexto, não ultrapassando o limite máximo disposto no art. 23 c/c art. 20, III, b da Lei de Responsabilidade Fiscal.

ANEXO II – DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

	2019	1º Quad 2020	2º Quad 2020	3º Quad 2020
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	139.245.322,70	138.901.748,50	138.681.708,40	-
<i>Dívida Contratual</i>	<i>139.245.322,70</i>	<i>138.901.748,50</i>	<i>138.681.708,40</i>	-
<i>Financiamentos</i>	<i>129.868.824,20</i>	<i>129.868.824,20</i>	<i>129.868.824,20</i>	-
<i>Internos 1</i>	<i>129.868.824,20</i>	<i>129.868.824,20</i>	<i>129.868.824,20</i>	-
<i>Parcelamento e Renegociação de dívidas</i>	<i>9.376.498,50</i>	<i>9.032.924,30</i>	<i>8.812.884,20</i>	-
<i>De Contribuições Previdenciárias</i>	<i>9.376.498,50</i>	<i>9.032.924,30</i>	<i>8.812.884,20</i>	-
DEDUÇÕES(II)¹	178.106.606,10	195.082.943,10	170.906.433,40	-
<i>Disponibilidade de Caixa Bruto</i>	<i>185.003.780,50</i>	<i>199.466.545,20</i>	<i>175.290.035,50</i>	-
<i>(-) Restos a Pagar Processados</i>	<i>6.897.174,40</i>	<i>4.383.602,10</i>	<i>4.383.602,10</i>	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	-38.861.283,40	-56.181.194,60	-32.224.725,00	-

O presente quadro traz informações pertinentes ao endividamento, porém, na composição do anexo segundo a legislação não são computados compromissos assumidos no exercício (empenhados) e não liquidados conforme anexo I que totalizam R\$ 62.746.906,80, obrigações do exercício liquidadas e não pagas que totalizam R\$ 2.300.777,30 e compromissos assumidos em exercícios anteriores e não liquidados (Restos a Pagar **não** Processados) que totalizam R\$ 12.692.592,10.

Nesse contexto o anexo não contempla um montante de valores comprometidos, de curto prazo de pagamento no valor de **R\$ 77.740.276,20**.

ANEXO III – DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
AOS MUNICÍPIOS (II)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS(III)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V)=(I+II+III+IV)	0,0	0,0	0,0	0,0
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	623.825.978,1	630.313.373,9	626.226.586,0	0,0
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00 %	0,00 %	0,00 %	0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	22,00 %	22,00 %	22,00 %	22,00 %
LIMITE DE ALERTA	19,80 %	19,80 %	19,80 %	19,80 %

ANEXO III – DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Externas	0,0	0,0	0,0	0,0
Em Garantia às Operações de Crédito Internas	0,0	0,0	0,0	0,0
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI)=(VII+VIII+IX+X)	0,0	0,0	0,0	0,0

ANEXO IV - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	626.226.585,98	--
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	--	--
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DE APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VI) = (IIIa + V - Ia - IIb)	0,00	0,00 %
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS (Inciso I do artigo 7º da Resolução SF nº 43/2001)	100.196.253,76	16 %
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art.59 da LRF) - <%>	90.176.628,38	14,4 %
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA sobre a RCL	0,00	0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	0,00	0 %

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Anexo I – Contribuição para Custeio da Iluminação Pública

Anexo II - Efluentes e Resíduos Sólidos

Anexo III - Royalties

ANEXO I – CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA - CIP

A CIP é cobrada para fazer face ao custeio do serviço público de iluminação, incluindo a instalação, consumo de energia, manutenção, melhoramento, operação, fiscalização e demais atividades vinculadas ao sistema de iluminação das vias e dos logradouros públicos existentes no território do Município.

CIP	
Valor Arrecadado	14.811.402,89
Despesa Empenhada	17.129.343,63
Energia Elétrica	11.363.303,77
Extensão de Rede Elétrica	1.766.039,86
Manutenção Iluminação	4.000.000,00
Saldo	-2.317.940,74

ANEXO II – EFLUENTES E RESÍDUOS SÓLIDOS

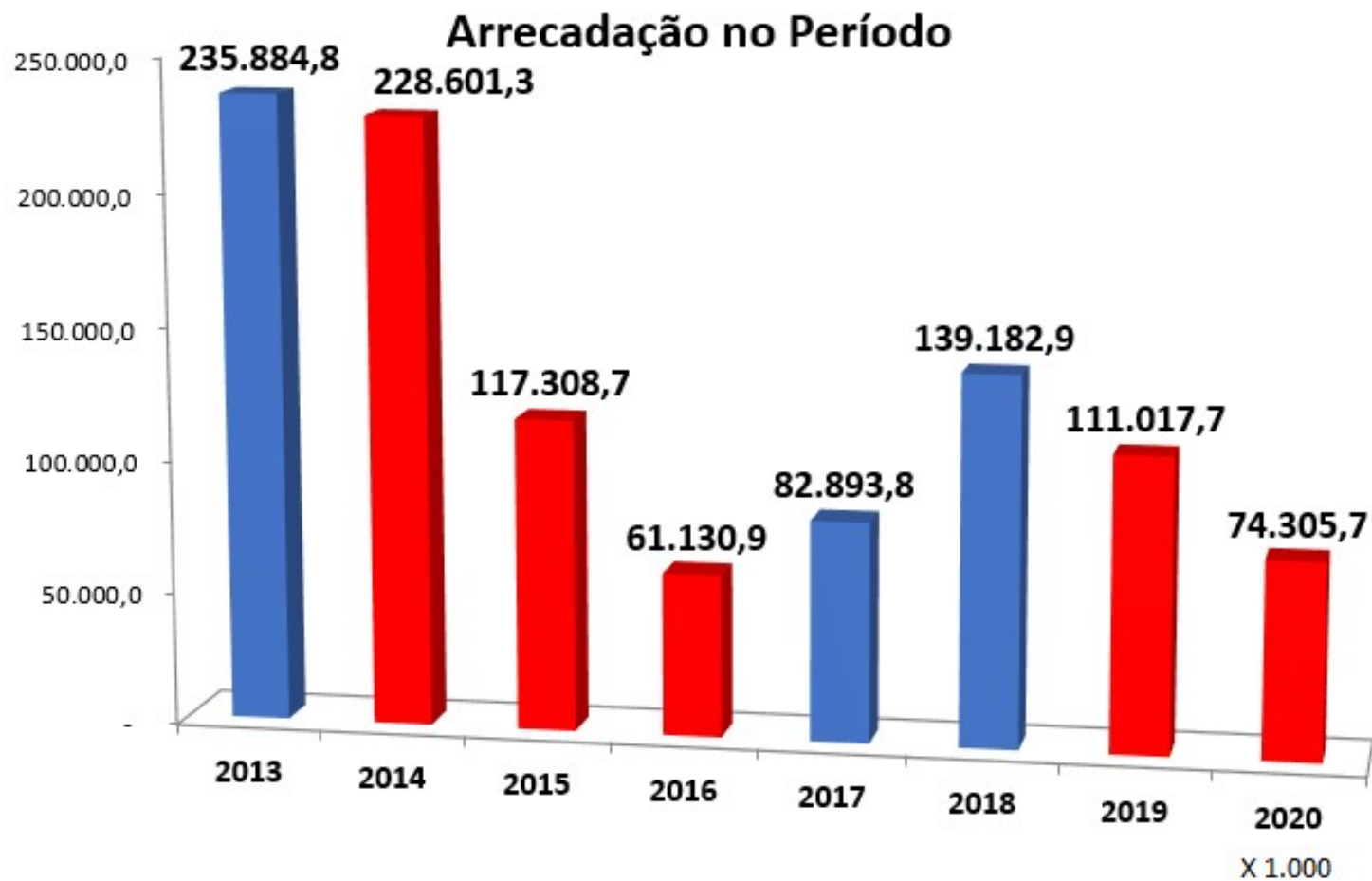
As taxas de efluentes e resíduos sólidos são cobradas mediante a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. É receita não vinculada, e não detém fonte de recurso específico que a direcione as despesas específicas.

Valor Arrecadado	
Efluentes e Resíduos	4.040.490,98
Despesa Empenhada	
Gestão de Resíduos Sólidos	14.914.431,02

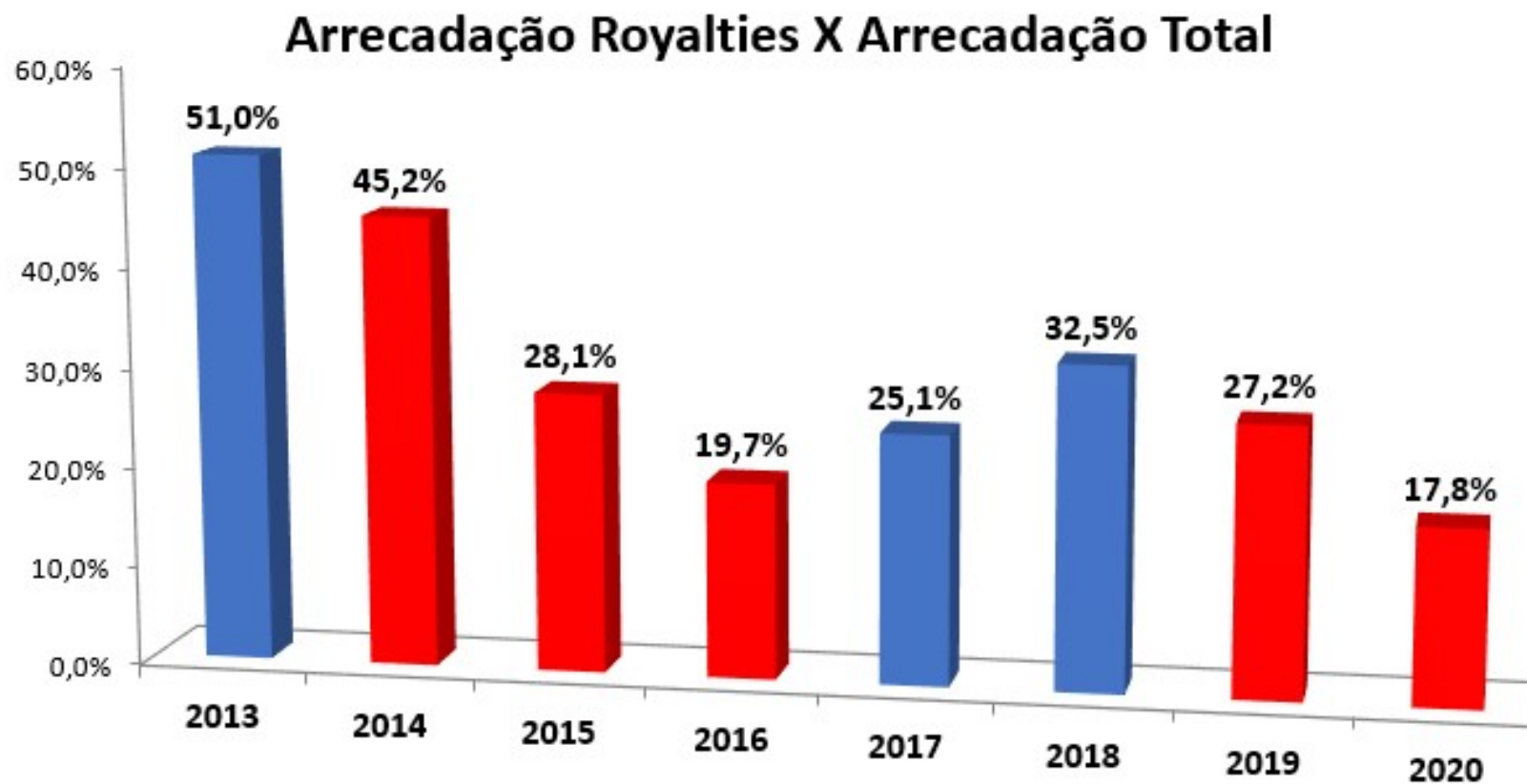
A arrecadação com Taxa de Efluentes e Resíduos Sólidos corresponde a aproximadamente 27,1% da despesa com a Atividade Governamental de Gestão de Resíduos Sólidos no presente exercício, no contexto anual essa relação é representada por um percentual de 35,7% em 2019.

Pela análise do comportamento das transferências dos recursos *royalties* e participação especial dos últimos oito anos, ficou demonstrado no 2º Quadrimestre de 2020, com um decréscimo dos repasses nos exercícios de 2013 a 2016 seguidos por recuperação nos exercícios 2017 e 2018 e posteriores quedas em 2019 e 2020, gerada a princípio, esta última, pela diminuição da produção do setor, e é esperado para os próximos meses mais quedas em virtude de uma maior diminuição da produção no setor.

ANEXO III – ROYALTIES



ANEXO III – ROYALTIES





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE RIO DAS OSTRAS
SECRETARIA DE FAZENDA

Com estes dados, disponibilizados à população no site <http://www.riodasostras.rj.gov.br>, e com a realização da Audiência Pública, o Município de Rio das Ostras cumpre uma de suas tarefas previstas em Lei e demonstra seu compromisso de tratar com transparência as contas municipais.

Rio das Ostras, 29 de setembro de 2020.

Júlio César dos Santos Marins
Secretário Municipal de Fazenda